



ACÓRDÃO Nº 677/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11332/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Fundação de Dermatologia Tropical e Venerologia Alfredo da Matta – FUAM
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Responsável:** Francisco Helder Cavalcante Sousa (Ordenador de Despesa), Iolane Machado da Silva (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3040/2018-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação de Dermatologia Tropical e Venerologia Alfredo da Matta – FUAM. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Fundação de Dermatologia Tropical e Venerologia Alfredo da Matta – FUAM, referente ao exercício financeiro de 2016, sob a responsabilidade do Sr. Francisco Helder Cavalcante Sousa, Diretor-Presidente, e da Sra. Iolane Machado da Silva, Ordenadora de Despesa, nos termos do art. 1º, inciso II do art. 22, art. 24, todos da Lei 2.423/96, c/c art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Dar quitação** ao Sr. Francisco Helder Cavalcante Sousa, Diretor-Presidente, nos termos do art. 24 e o inciso II do art. 72, ambos da Lei nº 2423/1996-TCE/AM, c/c o § 1º do art. 163 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.3. **Dar quitação** a Sra. Iolane Machado da Silva, Ordenadora de Despesas, nos termos do art. 24 e o inciso II do art. 72, ambos da Lei nº 2423/1996-TCE/AM, c/c o § 1º do art. 163 da Resolução nº 04/2002-



ACÓRDÃO Nº677/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

RI-TCE/AM;

10.4. Determinar à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:

- 10.4.1. Evite realizar despesas anteriores à emissão do empenho, prática essa ilegal uma vez que é vedada a realização de gasto sem prévio empenho, fato ocorrido em demasia, contrariando os arts. 58 e 60 da Lei nº 4.320/64, Item 8, alínea “b” da Notificação nº 118/2017 e Item 4, alínea “b” da Notificação nº 119/2017-DICAI/AM;
- 10.4.2. Observe rigorosamente as disposições da Lei nº 8.666/93, coibindo o uso irregular da dispensa de licitação em aquisições de mesma natureza, cujo montante total ultrapasse o limite máximo vigente, tendo em vista o disposto nos art. 23, § 2º, c/c o art. 24, II, da referida Lei, Item 9 da Notificação nº 118/2017 e Item 5 da Notificação nº 119/2017-DICAI/AM;
- 10.4.3. Instaure inquérito visando a apurar os responsáveis pelo eventual pagamento de juros e multas, decorrentes do não adimplemento das obrigações previdenciárias no prazo legal, Item 10 da Notificação nº 118/2017 e Item 6 da Notificação nº 119/2017-DICAI/AM.
- 10.4.4. Mantenha atualizada as informações de interesse coletivo ou geral à sociedade, via internet, como determina o disposto no art. 8º, incisos e parágrafos da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), item 1 da Notificação nº118/2017-DICAI/AM, sob pena de aplicação de sanções;
- 10.4.5. Mantenha atualizada a publicidade mensal das compras realizadas pela Fundação Alfredo da Mata, como determina o art. 16 da Lei nº 8.666/93, item 2 da Notificação nº118/2017-DICAI/AM, sob pena de aplicação de sanções;
- 10.4.6. Na ocorrência de futuras despesas pagas em forma de reconhecimento de dívida, seja apurada a responsabilidade de quem deu causa à contratação fora dos parâmetros da Lei de Licitações e Contratos, item 1, alínea “c” da Notificação nº118/2017-DICAI/AM e item 4, alínea “c” da Notificação nº119/2017-DICAI/AM, sob pena de futuras



ACÓRDÃO Nº677/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

sanções cabíveis;

- 10.4.7. Nas concessões de diárias de viagens, que os empenhos sejam emitidos em concordância com os arts. 58 e 60 da Lei nº 4.320/64, item 11, da Notificação nº118/2017-DICA/AM, sob pena de aplicação de sanções;
- 10.4.8. Criar mecanismos que promovam a melhoria da integração, articulação e diálogo institucional entre a FUAM e o Fundo Estadual de Saúde-FES-AM, com o intuito de melhorar a integração entre planejamento e orçamento, item 13, da Notificação nº118/2017-DICA/AM, sob pena de aplicação de sanções;
- 10.4.9. Elaborar relatórios específicos de atividades desenvolvidas sobre o Sistema de Controle Interno da FUAM, visando auxiliar o gestor na identificação e correção de rotinas e procedimentos em desacordo às normas e legislações vigentes, a fim de evitar a reincidência, bem como impedir ocorrência de novas irregularidades, item 14, da Notificação nº118/2017-DICA/AM, sob pena de aplicação de sanções.

11- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Outubro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição